

mência, é que revitalizaram o ímpeto dos que desejavam a saída de força, pelo recurso das armas, e que vinham perdendo terreno desde a realização do pleito, a 1º de março, terreno que se perdera ainda mais, com os dois profundos golpes desferidos em maio: a morte de Siqueira Campos, no dia 9, e a entrevista em que Prestes abandonava a conspiração, escolhendo o caminho do comunismo, divulgada pelo *Diário Nacional*, em S. Paulo, a 30. O momento da virada veio após a morte de João Pessoa, assassinado no Recife a 26 de julho: era, praticamente, um convite à decisão pelas armas. Daí por diante, não foi mais possível deter o desenvolvimento da conspiração político-militar. Emoldurando o gigantesco quadro do descontentamento, a crise capitalista dos fins de 1929 configurava conseqüências profundas para a economia brasileira.

O policialismo — característica constante das fases de deterioração do poder — tornava-se insuportável: não satisfeito de vigiar e perseguir pessoas cujas atividades conspirativas fossem pelo menos verossímeis, enveredava pelas invenções mais absurdas. Em fins de setembro, por exemplo, foi preso, em Vigário Geral, o marinheiro João Cândido, comandante da esquadra revoltada em 1910. Conduzido à Polícia Central, por ordem do delegado Oliveira Sobrinho, foi ali interrogado sobre o paradeiro de Pedro Ernesto e João Alberto, com os quais se encontrara, segundo denúncia de um *tira*, na casa de João Pallut, um dos grandes banqueiros do jogo do bicho no Rio, diretor dos jornais oposicionistas *A Batalha* e *A Esquerda* e um dos financiadores da conspiração. A denúncia era falsa, mas João Cândido ficou sob vigilância policial.

O movimento irrompeu na tarde de 3 de outubro e, sob muitos aspectos, surpreendeu o Governo que começou a agir, fazendo numerosas prisões: além de políticos, foram particularmente visados jornalistas: “Redatores e operários de *A Batalha*, *A Esquerda*, *Diário Carioca*, *O Jornal* e *Diário da Noite* foram detidos. Os secretários e diretores de todos os jornais, convidados a comparecerem ao gabinete do chefe de Polícia, receberam instruções quanto ao noticiário permitido. Alguns jornais deixaram de circular<sup>(302)</sup>. Como sempre, a Associação Comercial solidarizou-se com o Presidente da República<sup>(303)</sup>. Vargas, de sua parte, esclarecia os meios

(302) Hélio Silva: *1930. A Revolução Traída*, Rio, 1966, pág. 349.

(303) “No dia 6 de outubro foi assinado o ato 9352, decretando feriado nacional até o dia 21, ‘atendendo às circunstâncias graves criadas para o Brasil pelos Estados da Federação’. A medida visava evitar a corrida aos Bancos, o protesto de letras, acautelando os interesses comerciais sem decretação da moratória. Tal decreto causou alarma e não foi acompanhado de uma explicação mais detalhada. A Associação Comercial, porém, resolveu solidarizar-se com o presidente da República, transmitindo-lhe o teor de uma moção, aprovada unanimemente, manifestando a esperança de que